

Imprensa alternativa negra e a escrita decolonial: o prelúdio do Nzinga Informativo

Black alternative press and decolonial writing: the prelude to Nzinga Informativo

Danyela Barros Santos Martins de Queiroz

Mestranda em Comunicação

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

danyelabarrosgmail.com

Recebido em: 30/09/2022

Aprovado em: 21/11/2022

Resumo: Os jornais alternativos brasileiros tiveram um papel importante na articulação dos movimentos feministas, demarcando a existência de múltiplas vozes femininas que até então se encontravam fora do escopo da representatividade no cenário público. Dentro desse cenário encontramos o surgimento do Nzinga Informativo, jornal feito por um coletivo de mulheres negras e dedicado à causa feminista negra. Neste artigo, através de ferramentas metodológicas como pesquisa bibliográfica e análise documental, analisamos o editorial da quarta edição do Nzinga Informativo (julho/agosto de 1988), procurando sinalizar na escrita dessas mulheres o prenúncio de questões que serão consideradas anos mais tarde como parte do escopo teórico do feminismo decolonial. Com sua agenda própria, o Nzinga Informativo destacou-se por articular questões entre racismo e sexismo, firmando pautas diferentes daquelas até então propostas por feminismos eurocêntricos.

Palavras-chave: jornais alternativos; feminismo negro; feminismo decolonial.

Abstract: Brazilian alternative newspapers played an important role in the articulation of feminist movements, demarcating the existence of multiple female voices that until then were outside the scope of representation in the public arena. Within this scenario, we find the emergence of Nzinga Informativo, a newspaper made by a collective of black women and dedicated to the black feminist cause. In this paper, using methodological tools such as bibliographic research and document analysis, we analyze the editorial of the fourth edition of Nzinga Informativo (July/August 1988), seeking to signal in the writing of these women the foreshadowing of issues that will be considered years later as part of the theoretical scope of decolonial feminism. With its own agenda, Nzinga Informativo stood out for articulating issues between racism and sexism, establishing guidelines different from those proposed until then by Eurocentric feminisms.

Keywords: alternative newspapers; black feminism; decolonial feminism.

Introdução

Uma das principais contribuições do pensamento feminista negro e do pensamento feminista decolonial¹ consiste em dar relevância às experiências de mulheres subalternizadas em suas formulações teóricas, revelando que a própria trajetória das mulheres constitui uma forma de produção de conhecimento que deve ser considerada na produção de teoria. Trata-se de uma provocação interessante no que se refere à sociologia do conhecimento: as narrativas dessas feministas e suas escolhas metodológicas estão em oposição ao fazer acadêmico padrão que se apresenta como neutro e universal, embora os padrões de normatividade científica sejam “impregnados por valores masculinos, raramente filóginos” (RAGO, 1998). Assim, em vez de um processo de afastamento e distanciamento, as escritas das mulheres subalternizadas perpassam a pertença, por um lugar situado, por uma perspectiva própria que não distingue a produção de teoria da reprodução da vida.

A experiência das mulheres subalternizadas passou a ser refletida nas escritas conforme o avanço da ocupação dessas nos espaços de produção literária e especialmente no que se refere à imprensa alternativa no Brasil. A escrita no contexto do desenvolvimento dos jornais alternativos feministas independente das várias vertentes ideológicas, filosóficas ou acadêmicas e dos interesses que a envolvem, pode ser vista enquanto um processo libertador. Tendo como referencial teórico a discussão proposta pela autora Gloria Anzaldúa (1981), demarcamos a importância de uma escrita feminina autorreferencial²: Gloria enxerga um perigo na escrita que se afasta da realidade e que não consegue fundir a experiência pessoal e visão social, econômica e política com as percepções e intuições internas, narrativas sobre a história e trajetória pessoal, incluindo as preocupações de ordem prática.

O registro por escrito, além de importante, seria então uma excelente forma de externalizar e lidar com traumas que perpassam gerações e causam danos psicológicos tão profundos quanto as feridas abertas pelos castigos físicos impostos durante o período de colonização e escravidão. O ato

¹ O conceito de decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade (estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece em nossa sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais) e o pensamento moderno, principalmente através dos estudos do grupo MCD (Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade) compostos por estudiosos como Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Edgard Lander, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Walter Dignolo. Assim, o pensamento decolonial se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. É considerado um projeto de libertação social, político, cultural e econômico que visa dar respeito e autonomia não só aos indivíduos, mas também aos grupos e movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento LGBTQia+, etc.

² A escrita autorreferencial trata o modo de discurso em que o eu (lugar da enunciação) toma a si como referente é aquele que se denomina autorreferencial, trazendo consigo portanto a emergência da subjetividade dos indivíduos nesse processo.

de escrever para nós, mulheres, (e todas as suas interseccionalidades) encontra-se num contexto após um longo período de colonização que afetou não só fisicamente nossos corpos, mas toda uma epistemologia construída por homens brancos europeus que moldaram e até hoje dão manutenção às diferenças e opressões de gênero³.

Uma vez que os conhecimentos científicos vêm sendo historicamente construídos e dominados a partir de uma única perspectiva epistemológica, em consequência disso temos epistemologias que vêm sendo apagadas e silenciadas, como a de mulheres, negros, indígenas entre outros grupos marginalizados. Para Sueli Carneiro (2005) o racismo epistêmico tem sido um instrumento operacional que tem contribuído fortemente para a consolidação das hierarquias raciais que são produzidas pelo próprio epistemicídio. O epistemicídio por sua vez, se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do aluno negro (Carneiro, 2005). Assim, a construção do saber ao suprimir diversas formas de saberes, se torna colonizado, e esta é uma violência que é uma estratégia de manutenção das relações desiguais.

As teorias decoloniais fornecem um instrumental de análise crítico dos embates que envolvem classe, raça e gênero, o que nos possibilita pensar de modo aprofundado a relação entre gênero e a produção de sentido proposta pela imprensa alternativa. Uma vez que a representação de identidades de gênero por parte dos meios de comunicação é vinculada a uma construção de estruturas e significados, os meios estão implicados na definição da realidade e na construção de representações das mulheres e de outras identidades de gênero e sexualidade. A mídia participa então, de modo ativo, na construção do que significa ser mulher, entre outros modos de ser, num contexto histórico específico.

Partiremos aqui de uma breve contextualização das teorias decoloniais, a fim de poder resgatar alguns elementos centrais que nos permitam promover uma leitura analítica das escritas do jornal alternativo Nzinga Informativo. Com isso, nesse trabalho analisamos o editorial da quarta edição desse jornal (edição de julho/agosto de 1988 – um importante ano em termos de disputas políticas no Brasil:

³ Para Joan Scott “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995). O gênero, portanto, se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo tempo e que a nossa sociedade entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico. Além de ser entendida como uma categoria de análise histórica que interpreta as relações de poder.

marcado pela Constituição de 1988 que viria garantir em linhas gerais o funcionamento do Estado e a garantia de direitos fundamentais à população, tornando-se um marco da redemocratização no país); com o objetivo de sinalizar como este coletivo já reunia perspectivas teóricas e práticas que articulavam importantes questões que contribuiriam mais tarde com o bojo teórico decolonial. Destacamos que a análise que propomos nesse artigo é fundamentada numa perspectiva decolonial e feminista.

Figura 1: Capa jornal Nzinga edição nº4



Fonte: Nzinga Informativo, n. 4, jul/ago. 1988, p. 1. Disponível em http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO. Acessado em 29/09/2022

Podemos afirmar que uma das maiores colaborações da perspectiva negra nos estudos da história da imprensa alternativa talvez seja a da diversificação das narrativas históricas. Entretanto, há uma implicação ainda mais profunda, sobretudo se considerarmos as vozes negras em toda a sua complexidade, buscando ouvi-las de maneira atenta e mobilizar suas contribuições. Ao contarmos a história da imprensa alternativa feminista negra não temos a pretensão de trazer o passado, de maneira

integral, para o presente. Muito menos não se trata de achar que a interpretação que fazemos é única e definitiva, entendemos que é apenas uma das muitas possíveis.

Isso porque tomamos aqui o tempo presente tal qual definiu Hobsbawm (1998), enquanto período durante o qual se produzem eventos que pressionam pesquisadores a revisar a significação que é dada ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Entendendo ainda que a “história do tempo presente é feita de moradas provisórias” (Bédarida, 2002, p.221). Assim, a noção de história do tempo presente está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções.

A imprensa é uma fonte singular de interpretação: deixando traços significativos da sociedade cujos passos e acontecimentos mais representativos pretendeu retratar, a imprensa é abundante em autorreferenciação. Produz textos que falam de seu cotidiano e outros dizeres que deixam pistas sobre as suas relações com as instâncias de poder. Por de trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível retomar o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia esses jornais, para quem escrevia e, sobretudo, que interpretações poderiam fazer seus leitores.

Investigar a imprensa alternativa negra amplifica e valida a escuta das vozes dessas mulheres para além de sua condição individual. Como lembra Djamilia Ribeiro (2017), muitas vezes os sujeitos subalternizados só são ouvidos quando falam sobre suas questões individuais. Como se sua existência se restringisse àquela dimensão particular: os negros falam sobre racismo, as mulheres falam sobre sexismo, as pessoas com deficiência falam sobre capacitismo e assim por diante. E nada do que esses grupos dizem sobre outros temas é reconhecido. Ressaltamos ainda que, mais do que registrar e validar as contribuições de grupos estigmatizados, a escrita de narrativas históricas sob uma ótica negra permite uma interpretação mais adequada de eventos passados. Afinal, como bem pontua Perrot (2007), uma história que desconsidera os indivíduos que fizeram parte de sua construção não pode ser tida como fiel à realidade.

Feminismo Decolonial como teoria crítica

O termo colonialismo foi designado, a princípio, para nomear um tipo específico de estratégia de dominação geopolítica datada entre os séculos XVI e XVIII. Lógica que foi ampliada no século XIX, com a ênfase na busca de mercados consumidores para o excedente de capital e rebatizada de

imperialismo ou neocolonialismo. Neste processo, a ideia de raça surgiu como um eixo fundamental da colonialidade do poder, como modo de classificação social (QUIJANO, 2000) para atribuir diferenciação biológica prévia, que, posteriormente, passou a ser defendida em termos hierárquicos naturalizados. A possibilidade de dominação e exploração se sustentou em teorias racistas baseadas na ideia de superioridade do branco europeu e inferioridade de povos africanos, asiáticos e latino-americanos.

O feminismo decolonial aprofundou e estendeu tal análise ao gênero, defendendo a inseparabilidade da raça, classe e gênero como complexos sistemas que se cruzam na produção de opressões e manutenção das diversas estruturas de exploração (LUGONES, 2008; MOHANTY, 2008; BIDASECA, 2011). Estas feministas extraem dos estudos sobre colonialidade a compreensão do etnocentrismo ocidental como padrão superior que constrói as demais culturas e povos como o outro inferior. Este mecanismo, que se efetiva, sobretudo, com a homogeneização de povos com diferentes histórias, linguagens, memórias e identidades, tem também repercussões no que se refere ao campo da sexualidade e o apagamento das multiplicidades.

Uma importante teórica do feminismo decolonial, Chandra Mohanty, analisa o colonialismo de um ponto de vista discursivo, localizando amplos sistemas de manutenção de estruturas hierárquicas. Ainda que o termo colonização possua distintas concepções, que apontam para fenômenos diversos, a tônica de Mohanty (2008) é no seu efeito de eliminação ou, de modo mais velado, ocultamento da heterogeneidade dos sujeitos. A recusa ao reconhecimento plural se conecta, portanto, com a manutenção de hierarquias, uma vez que estabelece as referências normativas e subalterniza o que foge a estas. Deste modo o feminismo decolonial oferece uma crítica ao pretense sujeito universal abstrato, marcadamente situado em uma lógica patriarcal, cisheterocentrada, racista, elitista e urbana; e localiza complexos sistemas de opressão, dominação e exploração, que se entrecruzam, limitando a implementação de uma concepção ampliada de justiça.

Partindo desses aspectos podemos compreender a lógica de silenciamento e invisibilidade impostas pelo racismo, que levam a perda da própria voz da pessoa negra. Bem como os processos de inferiorização aos quais as mulheres negras são submetidas, que estão conectados com as estratégias manipuladas pelas elites dominantes para manter essas mulheres excluídas do mercado de trabalho, da educação formal e do exercício da cidadania. A retomada da própria voz torna-se, portanto, uma ferramenta importante para reverter as relações de poder que mantêm as mulheres negras em situação

de subordinação: processo pelo qual as mulheres do Nzinga não só vivenciaram como ecoaram essas experiências através do jornal alternativo que criaram.

A mídia alternativa: (re)existências e possibilidades

Recordar a imprensa alternativa feminista brasileira, quando vivíamos ainda sob o jugo da Ditadura Civil-Militar é mergulhar num momento em que emergiam os chamados “novos movimentos sociais”, que auxiliariam na derrubada do regime e à construção da democracia, durante a década de 1980. Na tentativa de entender como as mulheres experienciaram a busca por seus direitos, como mobilizaram-se para a transformação de suas vidas cotidianas, bem como o imaginário social e a cultura política vigentes, olhamos para este passado para entender nosso presente dentro do entendimento de que a memória é um espaço de luta política.

É interessante pontuar os debates trazidos pelo feminismo de “segunda onda”⁴ e como eles chegam ao Brasil em um momento singular da militância. Nos Estados Unidos e Europa, essa onda é marcada pela luta por direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade: o uso do anticoncepcional torna-se destaque por permitir a mulher se igualar ao homem ao desvincular sexo do amor e da maternidade. As mulheres passam a questionar o papel de reprodutoras, mães e donas de casa, começam a ganhar visibilidade pautas como o aborto. Nessa época, o planejamento familiar e o controle da natalidade começam a ser pensados como integrantes das políticas públicas.

No Brasil era frequente no período que as iniciativas do movimento feminista estivessem vinculadas ao Partido Comunista ou à Igreja Católica progressista. Então de um lado tínhamos a luta ampla e urgente pela liberdade como prioridade do Partido Comunista em detrimento das especificidades consideradas incômodas das lutas feministas. E por outro lado, as temáticas da sexualidade eram conflitantes com a ideologia da Igreja Católica progressista que naquele momento era uma aliada importante na luta contra a ditadura. Sendo assim, nenhuma dessas alianças se deu sem problemas.

⁴ “Ondas feministas” dizem respeito aos momentos históricos do movimento pelo mundo em que pautas e questões das mulheres foram debatidas e provocaram mudanças. Muito embora a caracterização por ondas possa ser problematizada pela tendência a simplificar os processos ocorridos no período em termos de atuação, conforme descrito por Pinto (2007), podemos em suma relatar que: a primeira onda feminista aconteceu por volta de 1893 até 1932, e o voto feminino e a emancipação das mulheres enquanto sujeito político era a reivindicação do momento; de 1948, quando da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, até por volta de 1963, deu-se a segunda “onda feminista”, que pedia o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos. Já a terceira, entre 1980 até meados de 1990, buscou consolidar o conceito de interseccionalidade entre as vertentes do movimento e as conquistas anteriores.

Salientamos que a perspectiva de comunicação alternativa adotada aqui neste trabalho compreende o caráter não hegemônico das produções dos grupos e movimentos sociais. De acordo com Grinberg (1987) "é alternativo todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural [...] implica uma opção frente ao discurso dominante". Para o referido autor, o alternativo surge para gerar mensagens diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes, apresentando uma diferença qualitativa em relação aos meios hegemônicos. A ênfase, portanto, está no conteúdo: "sem discurso alternativo não há meio alternativo".

Diante desse contexto, a imprensa alternativa feminista, democrática e popular surge e se desenvolve no Brasil, especialmente em São Paulo a partir de 1975, inicialmente com os jornais *Brasil Mulher* (1975 – 1980) e *Nós Mulheres* (1976 – 1978)⁵ marcando um período de engajamento em lutas políticas e ideológicas naquele tempo, além de um papel importante na divulgação e na construção do feminismo e do movimento popular, mas principalmente na história do feminismo que se desenvolve no Brasil de 1975 a 1989.

Quando as mulheres decidem construir uma mídia alternativa feminista, mostram que estavam na disputa do “lugar de centro”, problematizando assim as questões da época através de olhares e perspectivas próprias. Reagiram assim ao processo histórico de exclusão editorial a qual foram sujeitadas, disputando o papel de autoria. A escrita jornalística neste caso, tornou-se um acesso prioritário para lograr sucesso na conquista de espaço. O enfrentamento político por de trás desse movimento da mídia alternativa feminista, trouxe visibilidade para o pensamento e propostas destas mulheres.

Sobre o significado da imprensa feminista, é interessante sobressair uma reflexão de Barbara Godard (2002), que destaca o papel dos periódicos feministas dentro do campo da imprensa alternativa, o que nos possibilita perceber os processos engendrados de reprodução social e de criação de valor cultural. Indo de encontro à observação de Kucinski (1991) ao destacar que foi com o atraso de alguns anos, em relação à Europa, que chegou no Brasil “uma nova combinação de ideias e desejos de luta, um novo ativismo político, contribuindo para o processo de abandono do paradigma clássico de ativismo baseado exclusivamente no conceito de ‘luta de classes’” (KUCINSKI, 1991, p.79). Sendo

⁵ Demarcamos esses primeiros jornais, que não serão analisados neste trabalho, mas que são um marco referencial inaugural nos estudos da imprensa feminista alternativa.

assim, a discussão sobre o trabalho não remunerado desempenhado por mulheres, além da base material de opressão das quais essas também sofriam passam a integrar a pauta desses jornais.

Esses periódicos têm sua existência fora do modelo dominante de publicação capitalista, as margens e em oposição, seja por meio de sua posição limite no que diz respeito ao mercado ou quanto a seu compromisso com a ideologia contestatória.

Os periódicos são desenvolvidos para fomentar as ideologias feministas: eles criam novos circuitos para disseminar entre as mulheres saberes e práticas que buscam transformar a condição feminina sob a qual as mulheres têm sido sujeitadas à opressão sistêmica. [...]. Significativas práticas que desafiam a ordem simbólica, os periódicos feministas estabelecem contra-instituições que legitimariam modos alternativos de conhecimento e estrutura editoriais. Ponto-chave para esse desafio é sua existência como organizações sem fins lucrativos fora da ficção dominante do segmento de mercado como determinante de valor. Ao invés de se colocarem em uma ação direcionada e amigável, as feministas têm como projeto a crítica e a transformação. Elas, conscientemente, têm como objetivo produzir uma posição para um assunto específico de leitura, uma leitura feminista que se dedique à crítica da leitura dominante e, por extensão, da publicação e de outras práticas econômicas. (GODARD, 2002, p.212-213).

Dessa maneira, podemos localizar o nascimento do feminismo na mídia alternativa enquanto uma disputa discursiva não hegemônica, capaz de ascender no espaço público uma visão livre das funções aprisionantes, que reduziam a existência das mulheres ao espaço do lar, a figura de mãe e cuidadora⁶. A mídia alternativa feminista atuou de maneira importante na construção de uma nova cultura na época através de uma representação social feminina diferente do padrão até então vigente.

Rosalina Santa Cruz Leite (2003) completa que:

As feministas põem os jornais a serviço da organização popular de mulheres das grandes cidades, reivindicando direitos, superando a perspectiva de trocá-los por favores, avançando na prática para além da política reivindicatória dos bairros e da relação fisiológica e tutelar que caracterizava essa ação política no passado. Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu próprio espaço de representação e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas ao convívio familiar, a intimidade, a sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos etc., introduzindo-as no movimento popular. (LEITE, 2003, p.238).

⁶ Lembrando que os primeiros jornais alternativos feministas eram formados por mulheres brancas e tinham seu corpo editorial diversificado, constituído por estudantes (de psicologia, comunicações, história), sociólogas e jornalistas. Em termos socioeconômicos, levanta MORAES (1990), eram filhas de família ricas, casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia.

Mais do que simplesmente produzir os jornais, muitas dessas mulheres envolvidas nos coletivos femininos, durante a militância levavam os exemplares dos jornais para as mulheres do campo popular e com elas liam as matérias e debatiam os temas. Dessa forma transformavam esses momentos em atos de construção de um feminismo popular, contra a ditadura, e comprometido com a luta de classes. (TELES; LEITE; 2013).

Em outras palavras, esses jornais não podem ser vistos de modo isolado do movimento de mulheres e do surgimento do feminismo no Brasil, uma vez que contribuíram para a emergência de indagações e reflexões sobre o cotidiano das mulheres e sua subordinação aos homens, no universo da casa, do trabalho e da política, contribuindo para introduzir na cena pública (na sociedade, nos partidos políticos e nos movimentos sociais) a discussão da qualidade da relação entre homens e mulheres e as demais questões relacionadas ao mundo privado.

Além do mais, estudar o surgimento de jornais alternativos que se dedicaram exclusivamente à causa de mulheres negras, nos faz perceber como o movimento feminista no Brasil vivenciou momentos de aspiração por um afastamento do modelo monolítico da figura “mulher”. Nesse sentido, Miñoso (2020) argumenta que existe uma razão feminista moderna ocidental e que ela tem um compromisso com a colonialidade, talvez seja essa a razão da dificuldade até então de se pensar as identidades femininas fora do escopo ocidental que enreda as pautas feministas de forma universal.

O Nzinga Informativo (1985-1989)

Entre o período de 1970 e 1980 tivemos um importante movimento de surgimento de intelectuais negras brasileiras, com obras de Lélia Gonzales⁷, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros e Fátima de Oliveira. Momento que conjugado à militância, tornou-se fundamental para a construção do pensamento e da teoria do feminismo negro no Brasil. O fato é que as mulheres negras brasileiras não se sentiam contempladas pelo feminismo difundido por mulheres brancas e de classe média, em diferentes épocas. Para Caldwell (2000)

⁷ Lélia Gonzales (1935-1994): mulher, negra, intelectual e ativista foi pioneira nas discussões sobre relação entre gênero e raça, ao propor uma visão afro-latino-americana do feminismo. Lélia propunha uma nova visão do feminismo, que considere o caráter multirracial e pluricultural da América Latina, em contraposição à visão eurocêntrica, ela discutiu, ainda nas décadas de setenta e oitenta, o que hoje se aproxima dos conceitos de feminismo interseccional (que incorpora as desigualdades de raça e classe) e decolonial (que questiona a ordem econômica e de pensamento de grupos dominadores). Foi fundadora do Nzinga, coletivo de mulheres negras com outras ativistas em 1983.

Enquanto na superfície parecia que as mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares sociais, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento feminista. Muitas dessas divisões se mantêm até hoje. Enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum (CALDWELL, 2000, p.98).

Segundo Lélia Gonzales (1981) o movimento feminista teve suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significava maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. E isso fazia com que as mulheres do movimento tivessem dificuldades de perceber as disparidades de classe e de status no interior do grupo populacional composto pelo sexo feminino. Sua reflexão, portanto, alertava para o fato de que o próprio feminismo brasileiro também se valia da opressão feminina da mulher negra. Dito de outra maneira, que a liberdade das mulheres estava assentada na exploração de classe e de raça de outras mulheres que não dispunham dos mesmos privilégios sociais.

Com a redemocratização do Brasil os movimentos sociais (campo da esquerda na sociedade civil organizada) deixaram a clandestinidade e propagaram a discussão classista. O movimento negro nesta época voltou-se para uma política de identidade⁸. No período posterior a 1985, o movimento de mulheres negras se formou como fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas, que enfrentaram conflitos tanto dentro dos movimentos de esquerda quanto nas organizações negras, visto que as questões específicas das mulheres eram consideradas menores e divisionistas.

Historicamente destaca-se o marco do movimento das mulheres negras brasileiras durante o III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga, em 1985, aonde o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras já se destacava ao sugerir a aprovação de uma moção contra o racismo na África do Sul. O coletivo foi fundado em 16 de junho de 1983, em meio à efervescência da retomada dos

⁸“Política de identidade” para Woodward (2000) diz respeito a afirmação da identidade cultural de pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades e se torna importante para a mobilização política. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas quanto pela resistência dos movimentos sociais, ao colocar em jogo identidades que ocupam espaços à margem da sociedade. A "política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica" (WOODWARD, 2000, p. 34). Atua principalmente fora das instituições políticas e sociais, que consideram inadequadas para defender as reivindicações do grupo.

movimentos sociais na arena pública brasileira dos anos 1980 e da aproximação entre os movimentos negro e de favelas. A *Associação do Morro dos Cabritos*, zona oeste do Rio de Janeiro, foi escolhida para sediar o coletivo, em um momento em que se ampliava a intervenção dos grupos organizados de mulheres negras no cenário político nacional (GONZALES, 1985). Em suas próprias palavras o Coletivo se definia assim:

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral. (EDITORIAL, NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2)

O nome do coletivo vincula-se à preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da logomarca, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô (GONZALEZ, 1985). O nome foi uma sugestão de Lélia Gonzalez, a primeira coordenadora do coletivo, a partir de pesquisas que realizou sobre a história das mulheres africanas e o poder exercido por elas (VIANA, 2006).

Imagem 2: Nome do coletivo e logotipo Nzinga



Fonte: Nzinga Informativo, n. 4, jul/ago. 1988, p. 1. Disponível em http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO. Acessado em 29/09/2022

Para editar o seu jornal de título homônimo⁹, o coletivo Nzinga valeu-se do financiamento que recebera da instituição estadunidense *Global Ministries* (agência especializada da *United Methodist Church*), por meio da aprovação do projeto *História Contemporânea das Lutas das Mulheres Negras*. Com esse projeto, o objetivo principal do jornal – a se notar pelo tom de seu primeiro editorial – era resgatar a história de participação política e social da mulher negra na sociedade brasileira, tendo como perspectiva a “articulação entre racismo e sexismo”, mesmo com periodicidade bastante irregular e poucas edições, como se observa pelos meses de circulação das edições, característica comum à imprensa alternativa da época (KUCINSKI, 2018).

Dos repertórios de ação, destacam-se os cursos de formação, as reuniões de coletivos, seminários, lançamentos de livros, as festas religiosas e os bailes negros. Toda essa diversidade de atividades é indicadora dos laços de solidariedade entre o ativismo em questão, mas também parece expressar o padrão mais geral das formas de agir e de lazer de integrantes dos movimentos sociais durante a redemocratização. É notável o forte empenho para o enraizamento social e as tentativas de capilarização do ativismo, o qual pode ser notado na multiplicidade de espaços e organizações por onde circulavam as ativistas do Nzinga.

O coletivo colocava-se em defesa das mulheres negras, na conquista de seus direitos, numa perspectiva democrática e visando à justiça social, a fim de colaborar para que a realidade delas se transformasse. Para tal, o informativo apresentava-se como um veículo de divulgação da luta das mulheres negras entre os diferentes movimentos sociais, buscando articular cada vez mais as próprias organizações de mulheres negras e os demais segmentos da sociedade, no intuito de fortalecer a mobilização quanto aos problemas sociais e políticos do país.

Além do sexismo, a luta contra a discriminação racial, justificava uma ação coletiva com diretrizes distintas da agenda feminista das mulheres brancas. A importância da organização do movimento de mulheres negras sob outras vertentes que não as do feminismo eurocêntrico, branco, liberal e heteronormativo foi recorrente nas edições do informativo, visto que também era o direcionamento que conduzia o próprio coletivo. Sobre a condição específica da mulher o editorial da edição 4 afirma

⁹ Para maior entendimento sobre o Nzinga Informativo ver o link que disponibiliza três edições do jornal de forma digitalizada em:
http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO

Adriana Santa Cruz do MUJER-FEMPRESS, revista feminista para a América Latina, avaliando a Década da Mulher (1975-1985) no continente latinoamericano afirmou que "...é trágico que em muitos lugares continue sendo um segredo à boca pequena ou apenas domínio de grupos organizados de mulheres as agressões e estupros sofridos massivamente pelo chamado sexo fraco; o fato de que milhões de mulheres pobres morrem por abortos improvisados, sem as mínimas condições de higiene; que não é "lei divina" que as mulheres tenham que arcar com todos os afazeres domésticos, mesmo quando trabalham fora e recebem menor remuneração; que as leis estabeleçam que o homem é o "chefe" da família, mesmo levando em consideração que em vários países da região mais de 50% dos lares são encabeçados por mulheres..." A percepção destes fatores é que gerou os processos de organização e tomada de consciência das mulheres sobre seus problemas específicos. (EDITORIAL, NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2)

A edição número 4 que analisamos traz em sua capa uma foto das mulheres que faziam parte do coletivo Nzinga, e inicia seu editorial com a tônica do ano do Centenário da Abolição da Escravidão e a importância da priorização das questões específicas às mulheres negras brasileiras. As escritoras apontavam o entendimento da não existência de uma identidade universal "mulher", e que assim nem todas as mulheres sofreriam da mesma forma diante do patriarcado¹⁰ sendo necessário olhar para as diversas outras formas de opressão, tais como a racial, a sexual e a de classe.

A tese de que a questão prioritária é a luta de classes, e que os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia são questões menores, tem servido fundamentalmente para a manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza. (EDITORIAL, NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p.2)

Assim torna-se importante pontuar que da mesma forma que o conceito universal moderno de ser humano – ou de natureza humana, definida com base no modelo europeu de racionalidade (autonomia moral e razão instrumental) – serviu para legitimar a submissão dos povos não europeus à invasão colonial, cultural e econômica, também pode-se dizer que o conceito universal de “mulher” serviu para ocultar outras formas de opressão, como a de raça e a de classe.

Para Ochy Curiel (2020),

¹⁰ No feminismo, a palavra patriarcado é usada para descrever o sistema de hierarquia baseado em gênero dentro da sociedade. Essa estrutura atribui mais valor e supremacia aos homens, à masculinidade e até mesmo aos traços masculinos. Existe um debate acerca da existência do patriarcado nas sociedades pré-invasão colonial: María Lugones (2008) defende a não existência desse, enquanto Rita Segato (2014) defende que havia um patriarcado de baixa intensidade nas sociedades indígenas e afro-americanas, e Julieta Paredes (2008) afirma o caráter ancestral do patriarcado. Discussões interessantes para se pensar a introdução do sistema de gênero enquanto elemento colonial.

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020, p. 133)

O conceito de interseccionalidade¹¹ presente nesse editorial do Nzinga, forjado no bojo do feminismo negro, conseguiu dar expressão e visibilidade à opressão de raça, classe, sexualidade e gênero vividas pelas mulheres negras e pelas mulheres não brancas¹². Dessa forma, para que a mulher negra e a mulher não branca pudessem ser elas mesmas representantes de suas pautas e reivindicações, seria necessário que lhes fosse reconhecido o lugar de sujeito, e que suas experiências fizessem parte também dos estudos feministas.

Quanto ao movimento Negro, que ressurge com mais força a partir da década de 1970, num período que a repressão fechara os canais de participação política (sindicatos, entidades estudantis, partidos políticos, entidades profissionais e outros), vem ampliando consideravelmente a sua área de atuação no processo de denúncia da exploração, opressão e discriminação por que passa a população negra no Brasil, e no aprofundamento das reflexões sobre a particularidade que nos transforma, por sermos negros, em vítimas da exploração racial, além da exploração de classe. (EDITORIAL NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul/ago. 1988, p. 2)

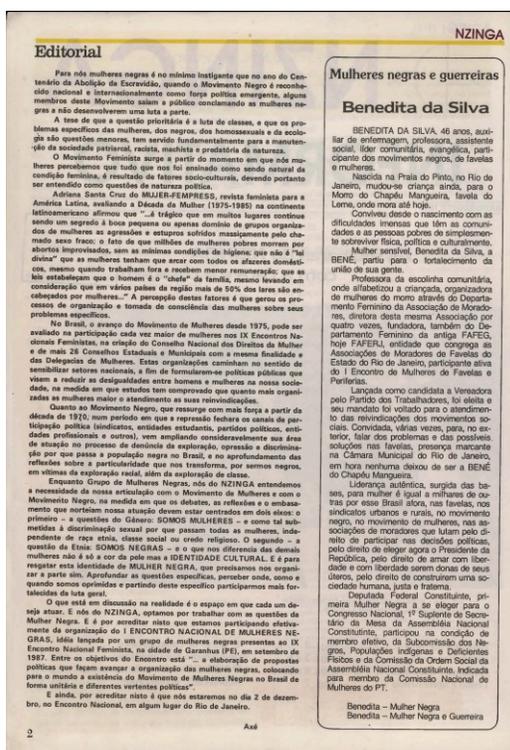
Nesse outro trecho do editorial podemos notar a compreensão dessas mulheres de que a questão do racismo seria central no eixo da opressão patriarcal-capitalista. Uma questão para qual o feminismo decolonial também se voltaria anos mais tarde, destacando o peso de nossa herança colonial escravista. Assim, o pensamento feminista decolonial latino-americano e brasileiros buscarão elaborar formas de combater um imaginário racista que considera inferior ao europeu tudo o que é oriundo das comunidades originárias e da cultura afro-brasileira.

¹¹ O termo interseccionalidade nos permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade. Pode ser considerado como uma ferramenta analítica importante para pensarmos sobre as relações sociais de raça, sexo e classe, e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes. Os debates sobre interseccionalidade surgiram a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980. Entretanto, foi somente em 1989 que o termo foi de fato sistematizado por Kimberlé Crenshaw, teórica feminista e professora estadunidense especializada em questões de raça e gênero. Para Lugones (2008) por meio da interseccionalidade se pretende revelar o que não se vê quando as categorias raça e gênero são entendidas separadas uma da outra.

¹² “Não branca” corresponde aqui à expressão “*women of color*”, adotada por teóricos norte-americanos em referência ao colorismo, que, como a pigmentocracia, designa a discriminação pela cor da pele. No texto *Colorismo: o que é, como funciona*, Aline Djokic explica que o termo quer dizer, de maneira simplificada, que quanto mais pigmentada for uma pessoa, maior será a exclusão e a discriminação que ela sofrerá.

Bell Hooks (2019) disserta sobre a dificuldade de pensadores negros críticos em romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser que bloqueiam a capacidade dos negros de se verem em outras perspectivas, de se imaginar, de se descrever e se inventar de modos que sejam libertadores, que quebrem com a perspectiva colonizadora. Afirma que as maneiras pelas quais os negros e suas experiências foram posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação surgiram como efeitos de um exercício crítico de poder cultural e dominação. Dessa maneira ao criarem um jornal que estampasse em fotos e relatos as condições específicas da negritude, as mulheres do Nzinga realizam o esforço de intervir criticamente no mundo, potencializando o poder da autodefinição.

Imagem 3: Editorial Nzinga edição nº4



Fonte: Nzinga Informativo, n. 4, jul/ago. 1988, p. 2. Disponível em http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO. Acessado em 29/09/2022

Considerações Finais

Utilizar como fonte histórica um jornal feminista alternativo tem seus desafios. Entre eles, a tiragem irregular que por um lado impossibilita uma análise serial, mas por outro privilegia uma análise

qualitativa do material. Trata-se de um assunto ainda a ser debatido e investigado, alguns exemplares se encontram em acervos particulares, o que dificulta a pesquisa e muitas vezes faz com que novos pesquisadores acabem retomando sempre às mesmas poucas fontes disponíveis. O levantamento bibliográfico e as análises feitas aqui apresentadas buscaram contribuir em remontar às bases comunicacionais, sociais e organizacionais do feminismo negro brasileiro contemporâneo em vista de sua relevância histórica, cultural e política.

A escrita dos jornais alternativos feministas brasileiros desde os anos 1970 representavam uma nova forma de ativismo político, refletindo as descobertas que as feministas fizeram sobre si mesmas e de todas as ideias feministas que floresceram nessa época. Tratava-se de um jornalismo feito por mulheres, a respeito das mulheres e para mulheres, carregando a expressão de contradições, desejos, conquistas, problemas e questionamentos. A mídia alternativa se revelou um espaço de resistência e construção de identidades, uma vez que os discursos projetados nos veículos constituíram um fazer/agir do feminismo, que conquistou espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade.

Para esse trabalho um ponto importante foi analisar a escrita das mulheres negras enquanto demarcação de sujeitos que até então não encontravam espaço para sua autorrepresentação. Diante disso, as sujeitas históricas que não eram prioritárias na ordem do discurso, conquistaram seus espaços mediante luta e afirmação de suas existências, demonstrando que sua caminhada histórica havia sido outra e precisava ser contemplada no cenário público. Os jornais da imprensa alternativa feminista negra, aqui representados pelo Nzinga Informativo tiveram sua razão de ser justamente em sua organização na luta contra o racismo e o sexismo.

Tendo circulando suas edições no período entre 1985 e 1989, o Nzinga já pontuava questões que anos mais tarde encabeçariam o corpo teórico da teoria decolonial feminista: seja ao trazer a multiplicidade e o questionamento da figura única de “mulher”; ou ao aproximar a teoria feminista da prática; e principalmente ao conscientizar a respeito das violências e seus diversos eixos de opressão. A importância dessa experiência comunicacional revela-se na legitimação de saberes subalternizados, reconhecendo que os pontos de vistas produzidos a partir das experiências vividas por essas mulheres contribuíram para a produção de mundos mais justos e humanos, fora da matriz liberal/colonial.

A escrita do Nzinga Informativo revelou-se carregar o tom decolonial, uma escrita insubmissa, forjada pelas vivências de resistência e lutas de grupos subalternizados, uma escrita encarnada, situada,

e que possibilitou a superação da inercia e do pessimismo para um engajamento sério na construção de mundos possíveis. Impregnada de uma leitura crítica da realidade socioeconômica, tornou-se uma ferramenta valiosa para navegar no oceano do machismo estrutural, servindo de bússola para uma maior compreensão do modo como se faz ciência e se transformou em ato emancipatório que buscou juntar as forças e vozes dispersas nos diversos não lugares (lugares periféricos, inexistentes no discurso hegemônico).

Por fim, o debate feito pelo feminismo decolonial, nos convida a pensar nossa realidade enquanto produtores de interpretação e de análises de forma situada, sem ficarmos a reboque do que os intelectuais no norte global apresentam enquanto categorias para nos analisar. Sob esse panorama só nos tornaremos independentes, autônomos e livres quando reconhecermos nossa subalternidade, rompendo nossa dependência epistemológica e nos engajarmos com perspectivas que deem conta de nossa experiência histórica, interrompendo o ciclo de repetir interpretações que nos são impostas enquanto válidas universalmente.

Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherrie (org.). **This Bridge called my back**. Writings by radical women of color. Boston, Kitchen Table, 1981.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BIDASECA, Karina. **Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café**: desigualdade, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. *Andamio - Revista de Investigación Social*, vol. 8, núm. 17, p. 61-89, 2011.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença**: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-109, 2000.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: **Pensamento Feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Org Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. In: **Portal Geledés**. São Paulo, 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=CjwKCAjwp9qZBhBkEiwAsYFsbxzZLt4lZMLFvSjE97IKqGxghbHtyEHM6HYa ziH0Vfq7P2uZ9bOAhBoCWAoQAvD_BwE. Acesso em: 20 de setembro 2022.

GODARD, Barbara. **Feminist periodicals and the production of cultural value**: the Canadian context. *Women's Studies International Forum*, Oxford; New York, v.25, n.2, p. 209-223, 2002.

GRINBERG, Máximo Simpson. "Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades". In: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A Comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987

GONZALES, Lélia. "**Mulher Negra**". *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n. 3, 1981, p.8-9.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra**. *Afrodíaspóra*, Brasília, v. 6 e 7, n. 19, p. 94-106, 1985.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric. O presente como História. In: **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução Reiner Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2018.

LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. *Estudos Femininos*, Florianópolis, vol.11, nº1, jan./jun. 2003.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Bogotá: Tabula Rasa, N.9, p. 73-101, 2008.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. **Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental**. MASP Afterall, 2020. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-Giqs0qaSQ1sxGgwydI1C.pdf>

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente: academia feminista y discurso colonial. In, NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (eds.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**, Madrid: Editora Cátedra, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara: FCL/UNESP, 1990.

Nzinga Informativo, n. 4, jul./ago. 1988. Disponível em http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PNZINRJ&titulo=NZINGA%20INFORMATIVO. Acesso em 29 de setembro de 2022.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino (Desde el feminismo comunitário)**. La Paz: CEDEC, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea do original *Mon histoire des femmes*. Paris: Éditions du Seuil/France Culture, 2006. São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, Aníbal, 2000, **Colonialidad del poder y clasificación social**, *Journal of world-systems research*, vi, 2, Summer/Fall, 2000, p. 343. Disponível em <http://cisoupr.net/documents/jwsr-v6n2-quijsano.pdf>. Acesso em 20 de setembro 2022.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. Disponível em [http://Microsoft Word - epistemologia_feminista.doc \(mpbnet.com.br\)](http://Microsoft Word - epistemologia_feminista.doc (mpbnet.com.br))

- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SCOTT, Joan. **Gênero:** uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, 1995.
- SEGATO, Rita. Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: **Tejiendo de outro modo:** Feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales em Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.
- VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais:** o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990). 2006. Dissertação de Mestrado em História/UERJ.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.